



Síntese das Políticas de Investimentos

2019 – 2023

Aprovadas pelo Conselho Deliberativo, conforme Ata nº 626, item 5, de 12 de dezembro de 2018



Sumário

1.	Mensagem do diretor de investimentos	4
2.	Objetivos e diretrizes das políticas de investimentos	5
3.	Cenário macroeconômico e análise setorial	5
4.	Macroalocação dos investimentos	5
5.	Segmentos de investimentos	6
5.1	Estratégia estrutural	6
5.1.1	Renda fixa – Caixa	6
5.1.2	Renda fixa – Carteira ALM	6
5.2	Estratégia tática	6
5.2.1	Renda fixa – Caixa	6
5.2.2	Renda fixa – Crédito privado – Alta liquidez	6
5.2.3	Renda fixa – Crédito privado	6
5.2.4	Renda variável – Líquida	7
5.2.5	Renda variável – Governança líquida	7
5.2.6	Renda variável – Governança ilíquida	7
5.2.7	Renda variável – RV no exterior	7
5.2.8	Estruturados – FIPs (<i>private equity</i>)	7
5.2.9	Estruturados – FIPs (<i>ex private equity</i>)	7
5.2.10	Multimercados – Baixa volatilidade	7
5.2.11	Multimercados – Média e alta volatilidade	7
5.2.12	Multimercados – Multimercados no exterior	7
5.2.13	Imobiliário	7
5.2.14	Operações com participantes	8
5.2.15	Certificado de operações estruturadas (COE)	8
5.2.16	Outros/casos especiais	8
6.	Derivativos	8
7.	Governança dos investimentos	9
8.	Gestão de risco	9
9.	Princípios de investimentos responsáveis	10
10.	Administrador estatutário tecnicamente qualificado	11
11.	Política de investimentos de cada plano	11
11.1	Política de Investimentos do Plano Petros – Sistema Petrobras - Repactuados (PPSP-R)	11
11.2	Política de Investimentos do Plano Petros – Sistema Petrobras - Não Repactuados (PPSP-NR)	12
11.3	Política de Investimentos do Plano Petros Lanxess	13
11.4	Política de Investimentos do Plano Petros – Ultrafértil	13
11.5	Política de Investimentos do Plano Petros Nitriflex/Lanxess	14
11.6	Política de Investimentos do Plano Petros – Privatizadas (em processo de retirada)	14
11.7	Política de Investimentos do Plano Petros-2 (PP-2)	15
11.8	Política de Investimentos do Plano TAPMEPrev	15
11.9	Política de Investimentos do Plano Sanasa	16
11.10	Políticas de Investimentos dos Planos de Contribuição Definida (CD)	16
11.11	Política de Investimentos do Plano Geral Administrativo (PGA)	17
12.	Glossário	18

1. Mensagem do diretor de investimentos

Processos de investimento aderentes às melhores práticas de governança são determinantes para o sucesso da Petros na tarefa de administrar de forma eficiente os recursos de nossos participantes. Por esta razão, a Petros precisou passar por uma profunda transformação nos últimos dois anos. Foram preenchidas lacunas nos processos de investimento, seleção, monitoramento e desinvestimento de ativos e gestores externos, bem como redefinidas estruturas, atividades e responsabilidades de todos os integrantes dos times de investimento. A equipe de gestão tem hoje a sua atuação pautada pela geração de resultados que compensem pelos riscos assumidos. O resultado deste intenso trabalho foi devolver à Petros o papel de referência e protagonismo em seu mercado de atuação. Exemplo desta nova realidade foi a conquista recente do Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp).

Na linha destas mudanças, apresentamos as novas Políticas de Investimentos dos planos geridos pela Petros, formuladas de maneira objetiva e aderente à dinâmica dos passivos de cada plano.

O horizonte temporal das Políticas é de cinco anos, período que, em nosso cenário base, apresentará grandes desafios para a economia brasileira e mundial. A atividade econômica ainda se recupera lentamente, após seguidos anos de frustrações quanto ao ritmo de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). As reformas necessárias são substanciais e precisam acontecer rapidamente, para que o crescimento seja propriamente retomado. No ambiente externo, dúvidas suscitadas quanto à manutenção do crescimento das economias desenvolvidas, somadas às ameaças de protecionismo e do processo de normalização da política monetária nos Estados Unidos, devem provocar aumento da volatilidade dos preços dos ativos financeiros. Diante deste contexto, disciplina e profissionalismo são cruciais para o sucesso da execução das estratégias de investimento.

Cabe destacar que, além dos riscos tradicionalmente avaliados, a Petros vem aperfeiçoando e intensificando o uso que faz de critérios ambientais, sociais e de governança (ASG). A Fundação entende que o desenvolvimento dessa agenda faz parte de seu dever fiduciário, por induzir um comportamento mais diligente das empresas e, conseqüentemente, um ambiente de mercado mais saudável para nossos investimentos.

A Petros está comprometida com a prestação de serviços de excelência para os participantes. Naturalmente, precisamos de seu apoio para isso! Ajude-nos, enviando dúvidas, críticas e sugestões para nossos canais de comunicação. Contamos com o seu *feedback*.

Boa leitura.

Daniel Ferreira Lima

2. Objetivos e diretrizes das políticas de investimentos

As Políticas de Investimentos dos planos sob gestão da Petros têm como objetivo fornecer as diretrizes em relação às estratégias para alocação dos investimentos em um horizonte de longo prazo. O documento é fundamental para o planejamento e o gerenciamento dos planos administrados pela Fundação.

A Petros administra, atualmente, 36 (trinta e seis) planos, sendo 35 (trinta e cinco) planos de benefícios e 1 (um) Plano de Gestão Administrativa (PGA) já aprovados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), de 35 (trinta e cinco) patrocinadoras e 75 (setenta e cinco) instituidores. A Petros possui, ainda, planos em processo de retirada e em processo de transferência de gestão.

Com base nas modalidades, características das obrigações de cada plano de benefício e em busca do equilíbrio econômico-financeiro entre o ativo e seu passivo atuarial e a liquidez, no caso específico do PGA, verificou-se a necessidade de dividir as Políticas de Investimentos em alguns grupos.

Neste documento, estabelecemos as diretrizes para aplicação de recursos que contemplam, como instrumentos de melhor exposição, tabelas com os limites mínimos, máximos e *benchmarks*. Os horizontes dos limites mínimos e máximos das diretrizes são de 5 (cinco) anos, compatíveis com as estratégias de longo prazo que objetivam maximizar a rentabilidade associada à menor volatilidade possível.

Todos estes referenciais são guias para os gestores da Petros, tanto da parte dos executores (Diretoria Executiva, gerentes e empregados em geral) quanto dos conselhos Deliberativo e Fiscal, no sentido do acompanhamento e avaliação da evolução das carteiras de investimentos com uma perspectiva de curto e de longo prazos¹. É válido citar que os percentuais utilizados nas tabelas de limites de alocação de recursos têm como base o valor dos recursos garantidores de cada plano no mês de agosto de 2018.

3. Cenário macroeconômico e análise setorial

Desenvolvidos pela Gerência de Planejamento de Investimentos (GDI), os cenários macroeconômicos da Petros são elaborados a partir da conjuntura atual e por intermédio de premissas e hipóteses condizentes com a realidade econômica, a fim de fornecer às demais gerências da Diretoria de Investimentos (DINV) análises que contribuam para a condução dos processos de alocação e tomada de decisão de investimento. Neste contexto, as projeções dos principais indicadores econômicos são utilizadas para desenhar esses cenários, que também servirão como pano de fundo às análises e aos estudos macrosetoriais (*top down*) desenvolvidos pela GDI, com o intuito de

informar aos gestores os possíveis impactos sobre os diversos mercados e, assim, conferir mais robustez na tomada de decisão. Os cenários macroeconômicos são monitorados e revisados periodicamente ou conforme se identifiquem eventos que demandem sua atualização. Quando esses eventos são detectados, os cenários são atualizados tempestivamente para refletir as alterações. Também são propostos cenários alternativos quando há alterações das premissas e hipóteses traçadas no cenário base, com o objetivo de monitorar o comportamento dos ativos e balizar nossas estratégias táticas e estrutural de alocação para os planos de benefícios.

4. Macroalocação dos investimentos

A macroalocação dos investimentos é caracterizada pelos estudos dos impactos dos cenários econômicos sobre o mercado financeiro e de capitais em geral, e sobre os investimentos em particular. Além disso, inclui a avaliação das relações de retorno e risco entre as classes de ativos e seu casamento com as características do passivo atuarial de cada plano, com foco na solvência e na liquidez. As decisões de macroalocação são, principalmente, realizadas com base nos cenários de *Asset Liability Management* (ALM) de cada plano.

O ALM avalia o comportamento esperado das classes de ativos e os compromissos atuariais no longo prazo e tem como objetivo gerar um portfólio que maximize a probabilidade de solvência e liquidez de cada plano. A partir dos estudos de ALM, são feitas as análises de macroalocação dos ativos, subsidiando as alocações estratégicas

que têm por objetivo atender às metas de longo prazo dos planos administrados pela Fundação. Adicionalmente, os estudos são embasados em uma perspectiva de longo prazo, que indica uma carteira alvo. Entretanto, não se pode desconsiderar as oportunidades de mercado ao longo dos anos.

Desse modo, além do objetivo de longo prazo, a equipe de investimentos da Petros estuda a realização de movimentos táticos, dadas alterações no cenário macroeconômico e/ou mediante a análise das condições de mercado que gerem oportunidades de rebalanceamento entre as classes de ativos. Nesse sentido, a macroalocação é reavaliada continuamente pelas gerências da Diretoria de Investimentos da Petros e discutida no Comitê de Alocação, com base nas perspectivas de cada plano, no cenário macroeconômico, no cons-

¹Definimos o termo *curto prazo* como sendo o horizonte das políticas de investimentos, isto é, de cinco anos. Já a *longo prazo* refere-se ao horizonte do passivo atuarial do plano.

tante monitoramento das condições de mercado e nas expectativas de relação entre retorno e risco.

5. Segmentos de investimentos

A resolução CMN 4.661/18 segmenta os investimentos dos recursos dos planos administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EPPC) em: renda fixa, renda variável, estruturado, imobiliário, operações com participantes e exterior.

Adicionalmente à esta resolução, a Petros, em suas Políticas de Investimentos, estabelece subsegmentos de classes de ativos, classificados por fatores de risco, o que traz uma visão mais estratégica para a gestão dos recursos dos planos. Com isso, os investimentos são divididos em Estratégia Estrutural e Estratégia Tática, além de suas respectivas carteiras de investimentos. Essas estratégias são definidas por carteira de ativos e, posteriormente, agrupadas dentro dos respectivos segmentos para que sejam observados os limites de alocação definidos pela legislação vigente.

5.1 Estratégia estrutural

Esta estratégia busca imunizar parte do passivo do respectivo plano, por intermédio de uma alocação prioritariamente indexada à inflação, além de possuir uma alocação em um caixa mínimo para o atendimento das necessidades de curto prazo de cada plano. Esta estratégia tem como objetivo atender, sempre que possível, as metas de longo prazo dos planos administrados pela Petros, tendo como base na sua construção os resultados do ALM e as necessidades de liquidez do plano.

5.1.1 Renda fixa – Caixa

A alocação nesta carteira é para o atendimento das necessidades de curto prazo dos planos, principalmente para o pagamento de benefícios e das demandas judiciais com expectativa de desembolsos imediatos. Esta alocação será equivalente a um limite de caixa mínimo de 3 (três) meses de folha de pagamento líquido de benefício até o limite de caixa máximo de 6 (seis) meses para planos maduros (em que a receita previdenciária é menor que a despesa previdenciária) e, como parâmetro, de 3 (três) meses do valor bruto de pagamento de benefícios para os demais planos.

5.1.2 Renda fixa – Carteira ALM

Esta carteira visa a imunização parcial do passivo dos planos, mediante a aquisição de títulos públicos indexados à inflação, prioritariamente. Nesta alocação, haverá a compra de títulos públicos federais marcados a vencimento (carteira de ativos Inflação HtM, *Held to Maturity*) e/ou marcados a mercado (carteira de ativos Inflação MtM, *Mark to Market*). Esta carteira, dependendo da maturidade do plano, tenderá a priorizar o balançamento entre fluxos em detrimento do atingimento da meta atuarial.

5.2 Estratégia tática

A estratégia tática vislumbra uma geração de alfa, isto é, as alocações nesse portfólio buscam se apropriar de mudanças de tendências, tanto

de curto quanto de longo prazos. Essas alterações são oriundas do cenário macroeconômico e/ou da análise das condições de mercado que gerem oportunidades de rebalanceamento entre as classes de ativos, aumentando, assim, a rentabilidade dos investimentos dos planos por meio de diversificação. No caso da diversificação por intermédio de investimentos de longo prazo é necessária a avaliação de tendências e teses de investimentos robustas.

Cabe citar que a busca pela geração de alfa pode se dar tanto via gestão interna (feita pela própria Petros) quanto via gestão externa (alocação em fundos terceirizados). Essa segmentação pode se dar em todas as classes de ativos, quando permitido pela legislação, e busca agregar valor para a gestão dos investimentos da Petros. Isso porque a alocação em gestores externos traz: (i) diversificação e ampliação da gama de *expertise* de gestão de ativos; (ii) acesso a fundos com estratégias e perfis de retorno e risco interessantes, mas que seriam de difícil replicação interna na Petros dada a necessidade de estruturas física, de pessoas e tecnológica especializados; e (iii) transferência de tecnologia, que trazem benefícios não só para as áreas que fazem a gestão interna de ativos, mas para a área de investimentos como um todo.

Além dos pontos abordados acima, a estratégia tática deve se pautar na necessidade de liquidez do plano. Ou seja, quanto maior for a maturidade do plano, menores serão as possibilidades de alocação nas diferentes classes de ativos.

5.2.1 Renda fixa – Caixa

Alocação em fundos de renda fixa vinculados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário) ou em LFTs (Letras Financeiras do Tesouro), como forma de reduzir taticamente a exposição à volatilidade dos planos. Com efeito, viabiliza de forma tempestiva as realocações com melhores preços e condições de mercado em diferentes momentos.

5.2.2 Renda fixa – Crédito privado – Alta liquidez

Os investimentos nesta carteira buscarão retornos adicionais em relação aos ativos dentro do Caixa Tático ou em relação às NTN-Bs (Nota do Tesouro Nacional série B), alocando em títulos e/ou em fundos de investimentos que coadunam com este movimento. São opções de investimentos, via gestão interna ou terceirizada, compostas majoritariamente por crédito bancário e debêntures líquidas e que possuem elevada liquidez (máximo D+30). Cabe citar que esses investimentos obedecem critérios mínimos de qualidade (*rating*) e, para as carteiras geridas internamente, de diversificação, definidos em normas internas.

5.2.3 Renda fixa – Crédito privado

Os investimentos nesta carteira buscarão retornos superiores às NTN-Bs (Nota do Tesouro Nacional série B) no horizonte das Políticas de Investimentos, alocando em títulos e/ou em fundos de investimentos que coadunam com este movimento. São opções de investimentos que, via

gestão interna ou terceirizada, obedecem critérios mínimos de qualidade (*rating*) e, para as carteiras geridas internamente, de diversificação, definidos em normas internas. Adicionalmente, podem investir também em produtos de crédito estruturados. Para novos investimentos, só serão aceitos *ratings* de agências internacionais.

No tocante à recuperação de crédito, esta carteira contém ativos já provisionados. A Petros tem feito esforços para a recuperação de valores, tanto de emissores privados quanto de públicos. O destino dos recursos vai depender de cada plano.

É mandatório citar que a resolução CMN 4.661/18 aponta que os CRIs (Certificados de Recebíveis Imobiliários) e as CCI's (Cédulas de Crédito Imobiliário) são títulos que, a despeito de terem imóveis como lastro, são tratados gerencialmente em conjunto com os ativos de crédito, por possuírem características similares. No entanto, para a apuração dos limites de alocação frente àquela resolução, o CRI e a CCI serão computados como ativos do segmento imobiliário.

5.2.4 Renda variável – Líquida

A alocação em renda variável busca gerar retornos acima dos observados na renda fixa. Os investimentos poderão ser realizados via alocação em fundos passivos (indexados a algum índice) ou em fundos ativos (fundos que buscam superar um *benchmark*). Adicionalmente, serão enquadrados nesta categoria os investimentos da carteira administrada diretamente pela Fundação e que não possuem as características de governança.

5.2.5 Renda variável – Governança líquida

Nesta carteira, estão os investimentos em ações de empresas listadas em Bolsa, com liquidez, na qual a Petros tem influência na gestão, dada a sua relevante participação. Como os investimentos nesta categoria são de longo prazo, há a expectativa por retornos superiores ao Ibovespa, principal referência do mercado.

5.2.6 Renda variável – Governança ilíquida

Esta carteira se configura como investimentos em ações de empresas não listadas em Bolsa, na qual a Petros pode possuir influência na gestão, dada a sua relevante participação. Como os investimentos nesta categoria são de longo prazo, há a expectativa por retornos superiores ao Ibovespa.

5.2.7 Renda variável – RV no exterior

A alocação nesta carteira é explicada pela: (i) busca de maior diversificação em renda variável e na Estratégia tática como um todo; (ii) possibilidade da exposição direta ao dólar e em outras moedas, no caso dos fundos que não fazem *hedge* (proteção) cambial; e (iii) possibilidade de exposição a setores que não têm representatividade significativa no mercado brasileiro. Estes veículos serão totalmente alocados no segmento exterior, como preconiza a resolução CMN 4.661/18.

5.2.8 Estruturados – FIPs (*private equity*)

Os Fundos de Investimento em Participação (FIPs) se caracterizam como investimentos de longo prazo, com seus resultados avaliados principalmente no período de desinvestimento ou, parcialmente, mediante uma reavaliação dos ativos componentes da sua carteira. Além disso, são investimentos com baixíssima ou nenhuma liquidez.

5.2.9 Estruturados – FIPs (*ex private equity*)

Os FIPs são fundos de participação com estratégias ligadas aos setores de infraestrutura, imobiliários e alternativos (ou seja, estratégias e investimentos já definidos). Eles se diferenciam dos fundos de *private equity* tradicionais por serem investimentos menos arriscados. No entanto, a avaliação destes investimentos também é observada prioritariamente no longo prazo, no qual os seus resultados devem ser avaliados no período de desinvestimento ou, parcialmente, por intermédio de uma reavaliação dos ativos componentes da sua carteira. Também são investimentos que normalmente apresentam baixíssima ou nenhuma liquidez.

5.2.10 Multimercados – Baixa volatilidade

Esta carteira busca oportunidades de investimentos em diferentes mercados como forma de incrementar a rentabilidade dos planos por intermédio de captura de ganhos nas diversas alternativas de composição de retorno e volatilidade. Nesta modalidade, os fundos investidos terão uma maior restrição de volatilidade, sendo alocados no segmento de renda fixa. Esta carteira terá como volatilidade máxima 4,5%, com prazo máximo para desinvestimento em D+5 e será classificada no segmento de renda fixa com aderência à resolução CMN 4.661/18.

5.2.11 Multimercados – Média e alta volatilidade

Os investimentos nesta carteira de ativos oferecem oportunidades de alocação nos diversos mercados, buscando capturar ganhos nas diversas alternativas de composição do binômio retorno e risco. Com isso, há a ampliação do leque de oportunidades de investimentos para os recursos de cada plano. Diferentemente dos Fundos de Investimentos Multimercados (FIM) de baixa volatilidade, esta carteira terá um maior orçamento de risco e será classificada somente no segmento de investimentos estruturados da resolução CMN 4.661/18. Cabe citar que esta categoria de investimento é constituída por fundos abertos com prazo máximo para desinvestimento de D+90, com sua maioria tendo prazo máximo entre D+30 e D+60.

5.2.12 Multimercados – Multimercados no exterior

Esta carteira procura se apropriar das oportunidades existentes na alocação nos diversos mercados, investindo no mínimo 67% do seu patrimônio no exterior, podendo ter ou não *hedge* cambial. A adoção desta alocação se justifica ao possibilitar a diversificação no segmento de multimercados, ao investir em fundos que trazem um perfil de atribuição de performance não disponíveis no Brasil. Estes veículos serão totalmente alocados no segmento exterior da Resolução CMN 4.661/18.

5.2.13 Imobiliário

Nesta carteira de ativos estão incluídos os imóveis da carteira própria e os fundos imobiliários. A partir da promulgação da resolução CMN 4.661/18, novos investimentos em forma direta estão vedados. Nesse sentido, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) têm até 12 anos para a alienação ou a transferência destes ativos para fundos imobiliários. Portanto, a estratégia da Petros para estes ativos é de desinvestimento ou transferência para fundos nos próximos anos. Os fundos imobiliários permitem investir em ativos de base imobiliária com objetivos de geração de renda ou de valor, a partir da propriedade de empreendimentos imobiliários prontos e com habite-se, para posterior alienação, locação ou arrendamento, também podendo investir em títulos com lastro imobiliário.

5.2.14 Operações com participantes

Esta carteira tem como objetivo realizar empréstimos com recursos dos planos de benefícios aos seus participantes e assistidos. Esta alocação possui baixo risco de crédito, tendo em vista que são descontados da folha de pagamento dos participantes dos planos. Adicionalmente, esta carteira deve estar aderente às exigências atuariais do plano.

5.2.15 Certificado de operações estruturadas (COE)

São títulos emitidos contra investimento inicial representativos de operações realizadas com base em instrumentos financeiros derivativos. Este produto combina elementos de renda fixa e de renda variável e foi inaugurado no mercado brasileiro em 2014. Traz ainda o diferencial de ser estruturado com base em cenários selecionados de acordo com a estratégia requerida de cada investidor. Em resumo, o COE reúne diversas características e possibilidades em um mesmo título. De forma prática, o COE permite que sejam feitos investimentos mais complexos

e lucrativos em ativos internacionais, índices de Bolsa, moedas, ETFs e *commodities*. Gerencialmente ele deve ser alocado em uma das diferentes carteiras de investimentos. É a versão brasileira das Notas Estruturadas, muito populares na Europa e nos Estados Unidos. De acordo com a resolução CMN 4.661/18, os COEs são alocados integralmente no segmento estruturados.

5.2.16 Outros/casos especiais

Nesta categoria estão incluídos os ativos que possuem alguma situação especial, como disputas ou depósitos judiciais, bloqueios, dentre outros. Dada esta nova estrutura para a gestão estratégica dos planos administrados pela Petros, a tabela a seguir apresenta um resumo da carteira, juntamente com o *benchmark* de cada carteira, além dos objetivos de retorno e do horizonte para a avaliação de cada estratégia. Apresentamos também o agrupamento destas carteiras nos segmentos da resolução CMN 4.661/18 para os cálculos de limites e enquadramentos perante esta resolução.

Carteira Estratégica	Benchmark	Horizonte de retorno	Segmentos CMN 4.661
Estratégia estrutural			
Renda fixa			
Caixa estrutural	CDI	diário	Renda fixa
ALM – Inflação MtM	IMA-B + 25 bps	36 meses	Renda fixa
ALM – Inflação HTM	Meta atuarial	N/A	Renda fixa
Estratégia tática			
Renda fixa			
Caixa tático	CDI	diário	Renda fixa
Crédito privado – Alta liquidez	105% do CDI	24 meses	Renda fixa
Crédito privado – Estratégico	NTN-B 6 anos + 60 bps	48 meses	Renda fixa
Renda variável			
Renda variável – Líquida	Ibovespa	24 meses	Renda variável
Governança – Líquida	Ibovespa + 2%	48 meses	Renda variável
Governança – Ilíquida	Ibovespa + 2,5%	60 meses	Renda variável
RV no exterior	MSCI ACWI (em reais)	36 meses	Exterior
Estruturados			
FIPs <i>private equity</i>	IPCA + 10%	120 meses	Estruturados
FIPs <i>ex private equity</i>	IPCA + 8%	120 meses	Estruturados
Multimercados			
Baixa volatilidade	120% do CDI	12 meses	Renda fixa
Média / alta volatilidade	IHFA	36 meses	Estruturados
Multimercados no exterior	HFR (em reais)	36 meses	Exterior
Imobiliário	Meta atuarial	72 meses	Imobiliário
Operações com participantes	IPCA + 6,0%	N/A	Operações com participantes
COEs	N/A	N/A	Estruturados
Outros/casos especiais	N/A	N/A	Renda fixa ou valores a receber

6. Derivativos

Os derivativos são instrumentos financeiros que compõem as estratégias de investimentos, cujos objetivos podem ser de otimizar a rentabilidade e/ou diminuir o risco a que estão expostas as carteiras de renda fixa, de renda variável e de investimentos no exterior. Sempre na modalidade “com garantia”, essas operações só poderão ser realizadas em Bolsa de valores, de mercadorias e futuros ou mercado

balcão. A utilização dos derivativos deve respeitar os limites estabelecidos pela Resolução CMN 4.661/18, e demais instruções complementares à ela, assim como as disposições normativas internas da Petros. Adicionalmente, cabe destacar que tais instrumentos podem ser utilizados em diferentes carteiras de investimentos.

7. Governança dos investimentos

A consolidação da governança corporativa foi uma prioridade desta Diretoria Executiva nos últimos dois anos. Foram adotadas inúmeras medidas para o fortalecimento da gestão, incluindo a criação de um sólido Programa de Integridade, que envolveu a revisão e a criação de importantes normativos tais como Política de Conflito de Interesses, Política de Investimentos Pessoais e a Política de Prevenção de Lavagem de Dinheiro. Outro avanço no sentido de preservar a integridade da Fundação foi a ampliação da estrutura da Auditoria Interna para o trabalho de apuração sobre eventuais problemas ocorridos, buscando a responsabilização e o ressarcimento.

A governança dos investimentos foi fortalecida e está mais aderente às melhores práticas, por meio de processos robustos que permitem, inclusive, mitigar eventuais conflitos de interesse. Todo este esforço tem sido reconhecido pelo mercado. A Fundação foi uma das primeiras entidades a receber o Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), certificação que atesta o alinhamento da Petros aos princípios de governança em investimentos estabelecidos no código da entidade. Para obter a certificação, a Petros foi submetida a um processo de auditoria, que consistiu numa análise qualitativa, para avaliar o cumprimento às exigências contidas no Código de Autorregulação em Governança de Investimentos, ao qual a Fundação já tinha aderido. Outra importante chancela foi a adesão ao Código de *Stewardship* da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec) e ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, do Instituto Ethos.

Houve também um aprofundamento do papel de investidor financeiro da Fundação e a cultura em vigor passou a ser a de gestora e alocadora de recursos, com foco em resultados. O processo de aprimoramento da governança também incluiu uma ampla reestruturação da área de investimentos, com medidas que englobaram a reorganização das equipes e das atividades, empoderamento dos times e revisão dos processos de investimento, desinvestimento e monitoramento. As tomadas de decisão passaram a ser feitas cada vez mais de forma colegiada, conferindo mais transparência e segurança a esses processos.

Um dos destaques na reformulação foi a criação do Setor de Fundo de Fundos, que passou a centralizar a relação com gestores externos, eliminando possibilidades de conflitos de interesse. Além disso, os processos passaram a ter maior registro de cada interação com agentes de mercado, o que garante monitoramento e acompanhamento dos gestores. Em um trabalho conjunto com outras gerências, o setor também responde pela seleção de gestores externos para os mandatos definidos nas políticas de investimentos. A criação de um Comitê de Precificação, para avaliação de ativos sem valor estabelecido pelo mercado formal, também é parte deste trabalho de melhoria da governança.

O objetivo da Fundação é reforçar a busca de ativos que remunerem de maneira apropriada pelos riscos assumidos e adequar melhor as carteiras dos planos de benefícios ao seu passivo, prezando sempre pela boa governança dos investimentos.

8. Gestão de risco

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos nos quais os planos administrados pela Petros aplicam recursos respeitam o critério de precificação estabelecido pelo Manual de Apreçamento do custodiante / administrador. Este manual determina as regras aplicáveis à formação dos preços dos vários ativos contidos na carteira de investimento da Petros e sofre atualizações periódicas em decorrência da própria dinâmica do mercado. Os ativos são marcados a mercado de acordo com os critérios estabelecidos pela CVM e pela Anbima.

Todavia, este processo não exclui a possibilidade de alguns ativos serem carregados até o vencimento pela taxa do título, método conhecido como marcação na curva. Este procedimento está em consonância com a Instrução CVM nº 409 e alterações e Resolução CMN nº 4.661/18. Estes casos são mais adequados aos planos de benefício definido e contribuição variável, dependendo do seu perfil. Para os planos de contribuição definida, é priorizada a marcação a mercado dos ativos.

O Comitê de Riscos e ALM foi constituído com a finalidade de "avaliar e deliberar sobre os controles para mitigação dos riscos financeiros e sobre premissas e metodologia do estudo de ALM que possam comprometer a realização dos objetivos da Petros, de forma a assegurar o cumprimento da missão da entidade". É formado pelo presidente, pe-

los diretores de Seguridade e de Investimento e de três gerentes executivos das áreas de Risco, Planejamento de Investimento e Atuarial.

As diretrizes de risco estão sob a responsabilidade da GRC que, mediante Política de Risco e estudos de ALM, executa o monitoramento e o controle de riscos de mercado, de crédito, de liquidez e de concentração. Entre as atribuições, consistem a modelagem dos limites de perdas e a elaboração de estudos técnicos, relatórios e pareceres que auxiliam a Diretoria de Investimentos na avaliação de risco x retorno das estratégias de investimentos e de desinvestimentos.

A GRC é responsável pela identificação, cálculo, monitoramento e acompanhamento dos diferentes tipos de riscos, em consonância com as particularidades de cada ativo e de cada plano. O Comitê de Riscos e ALM define os parâmetros de cálculo, estabelece métricas, indicadores e limites operacionais visando a gestão de riscos.

O risco de mercado é mensurado utilizando-se métricas tais como VaR absoluto, Benchmark-VaR, VaR condicional, DV01 e análise de cenários de estresse, entre outras. Os cálculos são realizados com periodicidade diária por meio do software Mitra, fornecido pela consultoria Luz Engenharia.

O risco de liquidez de longo prazo é controlado por meio da ferramenta de projeção de fluxos de caixa de ativos e passivos, por plano,

desenvolvida internamente na GRC e disponibilizada às áreas de investimento. A ferramenta permite monitorar o casamento de ativos e passivos, bem como simular o impacto de investimentos e desinvestimentos no fluxo de caixa dos planos.

O risco de liquidez de curto prazo é monitorado por meio da estimativa do número de dias para liquidar as posições de ações e títulos públicos com objetivo de avaliar a velocidade de conversão dos ativos investidos em moeda corrente no caso de uma necessidade imediata ou quase imediata de caixa.

O risco de crédito/concentração é monitorado avaliando-se a diversificação dos ativos em diferentes setores da economia, emissores,

grupos econômicos, bem como em relação à qualidade do rating dos ativos. A GRC controla limites de concentração da carteira própria de debêntures por meio de software desenvolvido internamente na GRC e disponibilizado para as áreas de investimento. A ferramenta permite simular o impacto da aquisição de novas debêntures nos limites de concentração vigentes.

No tocante ao risco legal, a Gerência Jurídica é consultada para fazer a avaliação, sempre que necessário. Com relação ao risco operacional, ele é mitigado por intermédio de normas e procedimentos que padronizam as atividades relacionadas à gestão dos recursos garantidores. Adicionalmente, cabe destacar que a Petros constantemente revisita as suas normas de forma a mitigar riscos sistêmicos.

9. Princípios de investimentos responsáveis

A Petros é signatária do PRI (Princípios para Investimentos Responsáveis), iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) que norteia os investidores na busca pelo desenvolvimento sustentável, por meio da incorporação de aspectos sociais, ambientais e de governança corporativa na tomada de decisão de investimentos.

Adicionalmente, a Resolução do CMN nº 4.661/18 prevê em sua Seção II, Da Avaliação e Monitoramento de Risco, Art. 10., que *“A EFPC, na administração da carteira própria, deve identificar, analisar, avaliar, controlar e monitorar os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros inerentes a cada operação; § 4º A EFPC deve considerar na análise de riscos, sempre que possível, os aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, ambiental, social e de governança dos investimentos.”*

Como investidor institucional e no seu dever de fidúcia, a Petros age nos melhores interesses de seus beneficiários, e acredita que os aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG) podem afetar o desempenho das carteiras de investimento no curto e longo prazos. As empresas que adotam os princípios ASG em sua gestão podem potencializar os investimentos minimizando os riscos ao investidor, enquanto produzem externalidades positivas para a sociedade. Estas instituições possuem maior chance de permanecerem produtivas no longo prazo e terão menos riscos de passivos judiciais, como ações ambientais, trabalhistas e sociais, além de menor flutuação na demanda e diminuição de custos operacionais.

Consciente do processo evolutivo do tema e do papel como catalisador de melhores práticas, a Petros está constantemente revisando suas práticas de avaliação ASG, incluindo a incorporação destes critérios na gestão interna de ativos, na seleção e monitoramento de gestores externos e engajamento de empresas investidas e conselheiros.

Em relação à gestão interna de ativos, a implantação dos princípios ASG e a demanda por desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea estimulam a responsabilidade ética das corporações. Este modelo ainda não está consolidado, principalmente no que se refere à avaliação dos potenciais impactos futuros, sejam eles positivos ou negativos. Mas já funciona como importante aspecto de avaliação qualitativa e de engajamento das práticas ASG nas empresas investidas. O conjunto de variáveis monitoradas por ativo, considera as questões ambientais, sociais e de governança corporativa que realmente

possam afetar os ativos e serão adicionadas às variáveis atualmente utilizadas no processo de avaliação de investimentos.

Em decorrência do amadurecimento desta prática, trabalhamos para expandir nossa abordagem para incluir também o monitoramento e a avaliação periódica dos gestores externos e das corretoras em relação ao compromisso de adoção dos Princípios para o Investimento Responsável. Nesse sentido, a implantação da estratégia da Petros para inclusão de variáveis socioambientais na avaliação de empresas tem acontecido de forma gradual e constante, de acordo com a evolução da conscientização e desenvolvimento das habilidades dos gestores internos e externos em relação a esse tema. A prioridade atual da Fundação continua sendo aprofundar sua compreensão, inclusão e quantificação das variáveis ASG em decisões de investimento em todos os tipos de investimentos da Petros.

Desta forma, e conscientes da crescente importância que os temas ligados à sustentabilidade, com especial atenção às questões ambientais, sociais e de governança corporativa, bem como de seus impactos no valor econômico e no desempenho dos negócios nos quais detemos participação, a Fundação pretende avaliar e monitorar tais aspectos por meio de indicadores próprios, em substituição ao modelo anterior, que utilizava como base o questionário de avaliação do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) da B3.

O objetivo é oferecer aos participantes, por meio dos gestores da Petros, opções de investimentos que considerem, além do potencial adequado de valorização financeira, boas práticas de governança corporativa e práticas sociais e ambientais sustentáveis, em linha com a visão e práticas modernas dos agentes, investidores e empresas, incorporando uma visão de longo prazo às decisões de alocação e proporcionando um retorno mais ajustado aos riscos.

Esta nova proposta busca conciliar uma visão de análise qualitativa acerca dos aspectos de meio ambiente, social e de governança, e, por meio de uma “Pesquisa de Sustentabilidade”, buscamos indicadores que consideramos relevantes para avaliar os riscos que possam impactar a situação econômico-financeira de nossos investimentos.

Quanto à governança dos investimentos, os indicadores da pesquisa passam por temas como: acordos de acionistas; política de indicação de conselheiros; acumulação de cargos; tempo de mandato; remuneração;

avaliações periódicas; existência e funcionamento de comitês e conselhos; conselheiros independentes; política de contratação de serviços; gerenciamento de riscos; políticas de prevenção, detecção e remediação de fraudes ou ilícitos; existência de códigos de conduta ética; mecanismos para lidar com conflitos de interesses; definição de alçadas; política de destinação de resultados; políticas de contribuições e doações; e outros. Quanto às divulgações das informações, o questionário abrange temas como adesão ao Padrão GRI e/ou Relato Integrado.

No que tange ao meio ambiente e questões sociais, pesquisamos temas como: programas de assistência a empregados; rotatividade; acidentes de trabalho; absenteísmo; óbitos; existência de indicadores de trabalho infantil e trabalho forçado ou análogo ao escravo; satisfação do cliente; ações para os impactos ambientais de produtos e serviços; existência de processos judiciais ambientais relevantes; iniciativas para fornecimento de produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis; e tratamento de resíduos. Adicionalmente incluímos fatores quantitativos, tais como sustentabilidade econômico-financeira e potencial de valorização.

No que se refere à escolha de gestores, abordamos critérios, tais como: ter política própria de Investimento Responsável; ser signatário de alguma iniciativa de investimento responsável como PRI, CDP ou outra; definir um ou mais responsáveis pela implementação e execução das práticas ASG; apresentar a representatividade da estratégia e relação ao patrimônio sob gestão; definir os temas abordados no processo de incorporação; formalizar o processo de incorporação dos critérios ASG; incorporar as três dimensões (ambiental, social e de governança corporativa) na análise e tomada de decisão de investimentos; e divulgar políticas e práticas de Investimento Responsável. Em relação ao processo de decisão de investimento do gestor, também avaliamos questões ASG, tais como: informar as fontes de pesquisa ASG; os efeitos observados a partir da integração ASG; existência de política de incentivos para as investidas adotarem práticas de sustentabilidade; alocação de recursos em temas ambientais e sociais específicos; avaliação da melhora do gestor quanto ao seu processo de análise e tomada de decisão com base em critérios ASG; e outros.

10. Administrador estatutário tecnicamente qualificado

Em atendimento à Lei Complementar n.º 109, de 2001, a Petros tem o Diretor de Investimentos como responsável pela gestão dos recur-

sos dos planos por ela administrados, independentemente da responsabilidade solidária dos demais administradores.

11. Política de investimentos de cada plano

11.1 Política de investimentos do Plano Petros – Sistema Petrobras - Repactuados (PPSP-R)

Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB):	20.030.024-56
Meta atuarial:	IPCA + 5,27% ao ano

Diretrizes para alocação de recursos

O Plano Petros Sistema Petrobras – Repactuados (PPSP-R) é um plano de benefício definido com elevado grau de maturidade para pagamento de despesas previdenciárias, conforme apontam os estudos do ALM. Com isso, o PPSP-R, necessariamente, demanda venda de ativos para o pagamento das referidas despesas. O plano deriva da cisão do antigo PPSP, ocorrida na passagem de março de 2018 para abril de 2018.

Frente a um desequilíbrio técnico, o PPSP-R passa por um processo de equacionamento. Dado o cenário econômico esperado para os próximos anos, de juros reais abaixo da meta atuarial do plano e da sua necessidade de liquidez, a depender também das questões judiciais, a carteira sugerida segue a alocação de investimentos com média vo-

latilidade, a fim de mitigar o risco de necessidade de desinvestimento com deságio. Em outras palavras, em um cenário macroeconômico considerado adverso ao plano, poderá ser mandatária uma constante revisão dos fluxos de necessidade de liquidez para manter o pagamento de benefícios. A necessidade de liquidez pode implicar na exigência de planejamento no desinvestimento pontual de carteiras em momentos desfavoráveis à hígidez do plano.

As estratégias indicadas nesta Política de Investimentos para macroalocação se pautam, em parte, na previsibilidade das projeções de pagamentos de benefícios, alinhados com o ALM, mas com a possibilidade de diversificação em investimentos com elevada liquidez e a expectativa de retornos adicionais, consequentemente, mais aderentes com as necessidades de caixa do plano. Nesse contexto, as estratégias que possibilitam capturar tendências de natureza macroeconômica e de mercado são limitadas.

Política de investimentos do Plano Petros – Sistema Petrobras - Repactuados (PPSP-R) Limites e Alvos – CMN 4.661/18

Segmentos	Benchmark	Patrimônio (em R\$ milhões)	% do investimento	2019/2023	
				% Mínimo	% Máximo
Renda fixa	Meta atuarial	22.152	60,90%	50,0%	100,0%
Renda variável	Ibovespa	7.540	20,73%	0,0%	25,0%
Estruturados	IHFA / IPCA + 10%	807	2,22%	0,0%	4,0%
Imobiliário	Meta atuarial	3.022	8,31%	0,0%	10,0%
Operação com participantes	IPCA + 6%	1.868	5,13%	0,0%	8,0%
Investimentos no exterior	MSCI ACWI / HFR	0	0,00%	0,0%	0,0%
Total dos investimentos	Meta atuarial	35.388	97,28%		
Recurso garantidor		36.377	100,0%		

11.2 Política de investimentos do Plano Petros – Sistema Petrobras - Não Repactuados (PPSP-NR)

Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB):	20.030.024-56
Meta atuarial:	IPCA + 5,27% ao ano

Diretrizes para alocação de recursos

O Plano Petros Sistema Petrobras – Não Repactuados (PPSP-NR) é um plano de benefício definido com elevado grau de maturidade para aumento de suas despesas previdenciárias, conforme apontam os estudos do ALM. Com isso, há necessidade de venda de ativos para o pagamento das referidas despesas. O plano deriva da cisão do antigo PPSP ocorrida na passagem de março de 2018 para abril de 2018, cabe destacar que o PPSP-NR possui um grau de maturidade superior ao extinto Plano PPSP, o que acarreta em uma necessidade de liquidez ainda maior.

Frente a um desequilíbrio técnico, o PPSP-NR passa por um processo de equacionamento. Dado o cenário econômico esperado para os próximos anos, de juros reais abaixo da meta atuarial do plano e da

sua necessidade de liquidez, a depender também das questões judiciais, a carteira sugerida segue a alocação de investimentos com média volatilidade, a fim de mitigar o risco de necessidade de desinvestimento com deságio. Em outras palavras, em um cenário macroeconômico considerado adverso ao plano, poderá ser mandatária uma constante revisão dos fluxos de necessidade de liquidez para manter o pagamento de benefícios.

O estudo de ALM indica uma carteira de elevada liquidez e potencial retorno e volatilidade compatível, ao invés de uma carteira potencial com retorno superior, mas com uma volatilidade mais elevada e/ou ativos com menor liquidez imediata, buscando assim uma rentabilidade superior. Todavia, diferentemente do PPSP-R, o estudo de ALM indica o direcionamento dos investimentos líquidos para o “caixa do sistema”, em que os recursos são consumidos por pagamento de benefícios. Além disso, aumenta a necessidade de desinvestimentos em ativos com restrição de liquidez.

Política de investimentos do Plano Petros – Sistema Petrobras - Não Repactuados (PPSP-NR) Limites e Alvos – CMN 4.661/18

Segmentos	Benchmark	Patrimônio (em R\$ milhões)	% do investimento	2019/2023	
				% Mínimo	% Máximo
Renda fixa	Meta atuarial	6.207	61,09%	45,0%	100,0%
Renda variável	Ibovespa	2.223	21,88%	0,0%	30,0%
Estruturados	IHFA / IPCA + 10%	238	2,34%	0,0%	4,0%
Imobiliário	Meta atuarial	891	8,77%	0,0%	12,0%
Operação com participantes	IPCA + 6%	309	3,04%	0,0%	8,0%
Investimentos no exterior	MSCI ACWI / HFR	0	0,00%	0,0%	0,0%
Total dos investimentos	Meta atuarial	9.868	97,13%		
Recurso garantidor		10.160	100,0%		

11.3 Política de Investimentos do Plano Petros Lanxess

Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB):	20.030.024-56
Meta atuarial:	IPCA + 5,02% ao ano

Diretrizes para alocação de recursos

O plano encontra-se em fase de pagamento de benefícios aos seus participantes. Esse processo acentua a necessidade de liquidez nos investimentos para atender a suas obrigações mensais. Adicionalmente, o plano se encontra em processo formal de transferência de gerenciamento, que deverá encerrar em 2019. Dessa forma, a estratégia central do plano está pautada no aumento da liquidez dos

investimentos aliado às necessidades de caixa e à redução da exposição em ativos com maior grau de risco e com restrição de liquidez.

Dado o processo de transferência de gerenciamento do plano, os fluxos de recebimentos dos cupons dos títulos públicos, os dividendos de ações, os recebimentos de juros, as amortizações dos Fundos de Investimentos em Participações (FIPs) e os ativos de crédito serão alocados no Fundo Caixa, investidos em títulos públicos ou em fundos multimercados de baixa volatilidade. Essa estratégia está aderente à solicitação da patrocinadora e do futuro gestor do plano. Face à situação atual do plano, de transferência de gestão, será priorizada uma estratégia pautada na liquidez, em detrimento de alocações de longo prazo que visam o atingimento da meta atuarial.

Política de Investimentos do Plano Petros Lanxess Limites e Alvos – CMN 4.661/18

Segmentos	Benchmark	Patrimônio (em R\$ milhões)	% do investimento	2019/2023	
				% Mínimo	% Máximo
Renda fixa	Meta atuarial	778	68,01%	60,0%	100,0%
Renda variável	Ibovespa	228	19,89%	0,0%	25,0%
Estruturados	IHFA / IPCA + 10%	39	3,39%	0,0%	5,0%
Imobiliário	Meta atuarial	61	5,34%	0,0%	8,0%
Operação com participantes	IPCA + 6%	21	1,82%	0,0%	4,0%
Investimentos no exterior	MSCI ACWI / HFR	0	0,00%	0,0%	0,0%
Total dos investimentos	Meta atuarial	1.126	98,46%		
Recurso garantidor		1.144	100,0%		

11.4 Política de Investimentos do Plano Petros – Ultrafértil

Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB):	20.030.026-18
Meta atuarial:	IPCA + 4,93% ao ano

Diretrizes para alocação de recursos

O Plano Petros – Ultrafértil encontra-se em fase de pagamento de benefício aos seus participantes. Esse processo acentua a necessidade de liquidez nos investimentos para atender às obrigações mensais do plano.

O plano se encontra em análise por parte dos patrocinadores de um pedido de retirada de patrocínio, o qual está sendo discutido. No entanto, ainda não foi formalizado. Adicionalmente, cabe esclarecer que o plano se encontra em situação deficitária, são 4 (quatro) déficits e 3 (três)

planos de equacionamento, com pagamento parcial, em decorrência do não equacionamento total e da possibilidade de retirada de patrocínio que se encontra em análise esse plano possui a necessidade de liquidez acentuada.

Dado o processo de retirada de patrocínio do plano, os fluxos de recebimentos dos cupons dos títulos públicos, os dividendos de ações, os recebimentos de juros, as amortizações dos Fundos de Investimentos em Participações (FIPs) e os ativos de crédito serão alocados no Fundo Caixa, investidos em títulos públicos ou em fundos multimercados de baixa volatilidade. Face à situação atual do plano, de retirada de patrocínio, embora ainda não formalizado, será priorizada uma estratégia pautada na liquidez, em detrimento de alocações de longo prazo que visam o atingimento da meta atuarial.

Política de Investimentos do Plano Petros – Ultrafértil Limites e Alvos – CMN 4.661/18

Segmentos	Benchmark	Patrimônio (em R\$ milhões)	% do investimento	2019/2023	
				% Mínimo	% Máximo
Renda fixa	Meta atuarial	412	57,70%	50,0%	100,0%
Renda variável	Ibovespa	192	26,85%	0,0%	30,0%
Estruturados	IHFA / IPCA + 10%	33	4,65%	0,0%	6,0%
Imobiliário	Meta atuarial	47	6,56%	0,0%	8,0%
Operação com participantes	IPCA + 6%	15	2,06%	0,0%	4,0%
Investimentos no exterior	MSCI ACWI / HFR	0	0,00%	0,0%	0,0%
Total dos investimentos	Meta atuarial	699	97,81%		
Recurso garantidor		714	100,0%		

11.5 Política de Investimentos do Plano Petros Nitriflex/Lanxess

Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB):	20.030.023-83
Meta atuarial:	IPCA + 5,28% ao ano ²

Diretrizes para alocação de recursos

O plano encontra-se em fase de pagamento de benefício aos seus participantes. Este processo acentua a necessidade de liquidez nos investimentos para atender a suas obrigações mensais. Cabe citar que o plano

se encontra superavitário e com limite de caixa dentro dos limites máximos para cumprir suas obrigações atuariais.

Política de Investimentos do Plano Petros Nitriflex/Lanxess Limites e Alvos – CMN 4.661/18

Segmentos	Benchmark	Patrimônio (em R\$ milhões)	% do investimento	2019/2023	
				% Mínimo	% Máximo
Renda fixa	Meta atuarial	107	64,14%	50,0%	90,0%
Renda variável	Ibovespa	34	20,29%	0,0%	25,0%
Estruturados	IHFA / IPCA + 10%	6	3,47%	0,0%	10,0%
Imobiliário	Meta atuarial	15	8,80%	3,0%	10,0%
Operação com participantes	IPCA + 6%	3	1,68%	0,0%	4,0%
Investimentos no exterior	MSCI ACWI / HFR	0	0,00%	0,0%	10,0%
Total dos investimentos	Meta atuarial	163	98,38%		
Recurso garantidor		166	100,0%		

11.6 Política de Investimentos do Plano Petros – Privatizadas (em processo de retirada)

Seguem abaixo os CNPBs, nome dos Planos e Patrocinadoras a eles relacionados:

CNPB	Planos	Patrocinadoras
20.030.025-29	Plano Petros - PQU	Petroquímica União - PQU
20.030.021-38	Plano Petros - Braskem	Braskem S/A - Braskem
20.030.022-19	Plano Petros - Copesul	Companhia Petroquímica do Sul - Copesul

Resultado do Sistema GAP-ALM – Planos Petros – Privatizadas (em processo de retirada)

Em virtude do processo de retirada de patrocínio não é necessária a elaboração do estudo de ALM haja visto que os valores das reservas matemáticas já foram homologados pelo órgão regulador.

Limites e alvos – CMN 4.661/18 (base: Agosto 2018)

Segmentos	Benchmark	Patrimônio (R\$ milhões)	% do investimento	2019/2023	
				% Mínimo	% Máximo
Renda fixa	CDI	12	100,00%	100,00%	100,00%
Caixa estrutural	CDI	12	100,00%	100,00%	100,00%

Planos PQU e Copesul

Em razão do processo de administração especial pelo órgão regulador, pelo qual esses planos passaram, os mesmos estão desobrigados de elaboração de Políticas de Investimentos, conforme consta no OF. ADESP – 025/2015:

“Queremos comunicar a V.S.^a que, devido às suas características peculiares, um plano de benefícios em liquidação está desobrigado de elaborar a Política de Investimentos na forma estabelecida pela Resolução CMN n° 3.792/2009 (...).”

Desse modo, não serão elaboradas políticas de investimentos para esses planos e os recursos ficaram em fundos de liquidez.

Limites e alvos – CMN 4.661/18 (base: Agosto 2018)

Segmentos	Benchmark	Patrimônio (R\$ milhões)	% do investimento	2019/2023	
				% Mínimo	% Máximo
Renda fixa	CDI	48	100,00%	100,00%	100,00%
Caixa estrutural	CDI	48	100,00%	100,00%	100,00%

Cabe destacar que, em decorrência de valores disponíveis no plano, o percentual alocado em relação aos recursos garantidores poderão ficar abaixo de 100% na caixa estrutural, não sendo considerado um desenquadramento perante à política.

² Esta meta contempla também taxa de administração.

11.7 Política de Investimentos do Plano Petros-2

Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB):	2007.0015-19
Meta atuarial:	IPCA + 5,35% ao ano

Diretrizes para alocação de recursos

O Plano Petros-2 (PP-2) é constituído na modalidade de contribuição variável, que agrega características de planos de contribuição definida (benefício programado calculado em função do saldo acumulado nas contas dos participantes) e atributos de planos de benefício definido (benefício definido após a concessão e garantias mínimas asseguradas para benefícios de invalidez e morte e também para aposentadoria programada). Além dos componentes atuariais similares ao de um plano de benefício definido, há também um fundo chamado de “Fundo de oscilação de risco”, que foi criado para

suportar eventuais oscilações de rentabilidade e/ou expectativa de vida dos participantes. Cabe citar que, caso ocorra uma variação brusca na cota do participante, o cálculo no momento da concessão de benefício poderá ser afetado sem revisão *a posteriori*.

O plano encontra-se em fase de acumulação de recursos com poucos assistidos e, por esse motivo, o volume de contribuições normais recebidas anualmente é maior que o volume das despesas previdenciárias. De acordo com os estudos do ALM, estima-se que esse movimento só será revertido após 2032, quando o volume das despesas superará o volume das receitas. Adicionalmente, em decorrência da estratégia de investimentos iniciada no fim de 2016, o Plano Petros-2 possui um percentual significativo de seus recursos em títulos públicos com taxas superiores à sua meta atuarial.

Política de Investimentos do Plano Petros-2 (PP-2) Limites e Alvos – CMN 4.661/18

Segmentos	Benchmark	Patrimônio (em R\$ milhões)	% do investimento	2019/2023	
				% Mínimo	% Máximo
Renda fixa	Meta atuarial	16.052	79,93%	55,0%	90,0%
Renda variável	Ibovespa	2.395	11,93%	5,0%	20,0%
Estruturados	IHFA / IPCA + 10%	410	2,04%	0,0%	8,0%
Imobiliário	Meta atuarial	428	2,13%	0,0%	5,0%
Operação com participantes	IPCA + 6%	762	3,79%	2,0%	8,0%
Investimentos no exterior	MSCI ACWI / HFR	0	0,00%	0,0%	7,0%
Total dos investimentos	Meta atuarial	20.047	99,82%		
Recurso garantidor		20.083	100,0%		

11.8 Política de Investimentos do Plano TAPMEPrev

Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB):	2002.0038-74
Meta atuarial:	INPC + 5,22% ao ano

Diretrizes para alocação de recursos

O Plano TAPMEPrev é um plano de contribuição variável que se encontra em fase de crescimento das suas despesas previdenciárias. A patrocinadora está atualmente efetuando o pagamento de um déficit

anterior, o qual contribui para que o fluxo de receitas seja maior que o de pagamentos de benefícios.

Política de Investimentos do Plano TAPMEPrev Limites e Alvos – CMN 4.661/18

Segmentos	Benchmark	Patrimônio (em R\$ milhões)	% do investimento	2019/2023	
				% Mínimo	% Máximo
Renda fixa	Meta atuarial	301	91,81%	70,0%	100,0%
Renda variável	Ibovespa	27	8,19%	0,0%	15,0%
Estruturados	IHFA / IPCA + 10%	0	0,00%	0,0%	10,0%
Imobiliário	Meta atuarial	0	0,00%	0,0%	0,0%
Operação com participantes	IPCA + 6%	0	0,00%	0,0%	0,0%
Investimentos no exterior	MSCI ACWI / HFR	0	0,00%	0,0%	10,0%
Total dos investimentos	Meta atuarial	327	100,00%		
Recurso garantidor		327	100,0%		

11.9 Política de Investimentos do Plano Sanasa

Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB):	2004.0026-38
Meta atuarial:	INPC + 5,08% ao ano

Diretrizes para alocação de recursos

O Plano Sanasa é constituído na modalidade contribuição variável, que agrega características de planos de contribuição definida (benefício programado calculado em função do saldo acumulado nas contas do parti-

cipante) e atributos de planos de benefício definido (benefício definido após a concessão e garantias mínimas asseguradas para benefícios de invalidez e morte e também para aposentadoria programada).

O plano encontra-se em fase de acumulação de recursos e, por esse motivo, o volume de contribuições normais recebidas anualmente é maior que o volume das despesas previdenciárias. O plano encontra-se ligeiramente superavitário.

Política de Investimentos do Plano Sanasa Limites e Alvos – CMN 4.661/18

Segmentos	Benchmark	Patrimônio (em R\$ milhões)	% do investimento	2019/2023	
				% Mínimo	% Máximo
Renda fixa	Meta atuarial	250	97,20%	70,0%	100,0%
Renda variável	Ibovespa	5	1,89%	0,0%	15,0%
Estruturados	IHFA / IPCA + 10%	0	0,00%	0,0%	5,0%
Imobiliário	Meta atuarial	0	0,00%	0,0%	0,0%
Operação com participantes	IPCA + 6%	2	0,94%	0,0%	4,0%
Investimentos no exterior	MSCI ACWI / HFR	0	0,00%	0,0%	10,0%
Total dos investimentos	Meta atuarial	257	100,0%		
Recurso garantidor		257	100,0%		

11.10 Políticas de Investimentos dos Planos de Contribuição Definida (CD)

Seguem os Cadastros Nacionais de Planos de Benefícios (CNPBs) e os nomes dos Planos de Contribuição Definida (CD):

Planos patrocinados	CNPB	Juros ³	Planos instituídos	CNPB	Juros ⁴
ELDORADO	20.150.008-11	IPCA + 4,42% a.a.	ADUANAPREV ²	20.070.039-29	INPC + 4,42% a.a.
PTAPREV	20.080.027-56	IPCA + 4,59% a.a.	ANAPARPREV	20.080.008-18	INPC + 4,47% a.a.
TERMOPREV	20.060.005-11	IPCA + 4,52% a.a.	CRAPREV	20.060.012-56	INPC + 4,42% a.a.
ALESAT ²	20.020.004-92	IPCA + 4,42% a.a.	CRCPREV	20.090.027-92	INPC + 4,42% a.a.
CDSA ²	20.000.059-18	IPCA + 4,42% a.a.	CROPREV	20.050.004-11	INPC + 4,42% a.a.
FIPEPREV ²	20.050.065-56	INPC + 4,28% a.a.	CULTURAPREV ¹	20.040.025-65	INPC + 4,42% a.a.
GASPREV	20.100.004-47	IPCA + 4,42% a.a.	FENAJPREV	20.090.006-92	INPC + 4,42% a.a.
IBPPREV	20.020.019-11	IPCA + 4,47% a.a.	IBAPREV	20.040.023-11	INPC + 4,42% a.a.
LIQUIGAS	20.100.025-47	IPCA + 4,42% a.a.	PREV-ESTAT	20.090.019-74	INPC + 4,42% a.a.
PETRO_RG ²	20.100.015-83	INPC + 4,42% a.a.	PREVICONTAS	20.090.003-74	INPC + 4,42% a.a.
PREVFIIPA	20.080.031-83	INPC + 4,19% a.a.	PREVITALIA	20.090.030-47	INPC + 4,42% a.a.
PREVFIIEA	20.090.033-65	INPC + 4,19% a.a.	SIMEPREV	20.040.013-56	INPC + 4,42% a.a.
REPSOL	19.990.031-11	IPCA + 4,42% a.a.	SINMED-RJ	20.050.007-11	INPC + 4,42% a.a.
SULGAS	20.100.040-19	INPC + 5,13% a.a.			

OBS: Os Planos Transpetro, Triunfo Vida, Consulprev e Manguinhos estão em encerramento ou em transferência.

¹ Em processo de encerramento

² Transferência de gerenciamento de gestão

³ Entenda-se juros como o objetivo de retorno do plano

Diretrizes para alocação de recursos

Para as Políticas de Investimentos 2019-2023, a proposta de alocação tem por base o conceito de fronteira eficiente com restrição de limites de alocação por ativo, cujo resultado apresenta o portfólio ótimo de mínima variância dado o ponto ótimo de retorno (meta de rentabilidade) que pode ser esperado para um nível dado de risco. Para os planos em

processo de transferência/retirada, será mantida uma gestão conservadora, priorizando a alocação em ativos com elevada liquidez.

Políticas de Investimentos dos Planos de Contribuição Definida (CD) Limites e Alvos – CMN 4.661/18

Segmentos	Benchmark	Patrimônio (em R\$ milhões)	% do investimento	2019/2023	
				% Mínimo	% Máximo
Renda fixa	Meta atuarial ⁴	1.073	96,46%	80,0%	100,0%
Renda variável	Ibovespa	31	2,83%	0,0%	15,0%
Estruturados	IHFA / IPCA + 10%	0	0,00%	0,0%	5,0%
Imobiliário	Meta atuarial ⁴	0	0,00%	0,0%	0,0%
Operação com participantes	IPCA + 6%	8	0,71%	0,0%	6,0%
Investimentos no exterior	MSCI ACWI / HFR	0	0,00%	0,0%	5,0%
Total dos investimentos	Meta atuarial ⁴	1.113	100,00%		
Recurso garantidor		1.113	100,0%		

11.11 Política de Investimentos do Plano Geral Administrativo (PGA)

Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB):	9970.0000-00
Meta atuarial ³ :	IPCA + 4,00% ao ano

ALM. O PGA conta com outras ferramentas de avaliação de necessidade de liquidez e projeções de retorno.

Diretrizes para alocação de recursos

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) é o plano que busca atender às necessidades de liquidez da Fundação para a manutenção de sua estrutura administrativa. Em decorrência da característica do plano, não existe a necessidade da elaboração de um estudo de

Em conjunto com o cenário projetado pela Petros, a estratégia de investimentos está diretamente relacionada com o fluxo de despesas e receitas da Petros. Dessa forma, a estratégia principal do plano será focada no aumento da liquidez da sua carteira, títulos com prazos mais curtos e ativos indexados à inflação. Essa estratégia é justificada pelo fato de a maior parte das despesas do PGA serem indexadas ao IPCA.

Política de Investimentos do Plano Geral Administrativo (PGA) Limites e Alvos – CMN 4.661/18

Segmentos	Benchmark	Patrimônio (em R\$ milhões)	% do investimento	2019/2023	
				% Mínimo	% Máximo
Renda fixa	Meta atuarial	673	75,27%	60,0%	100,0%
Renda variável	Ibovespa	180	20,17%	0,0%	25,0%
Estruturados	IHFA / IPCA + 10%	24	2,65%	0,0%	10,0%
Imobiliário	Meta atuarial	6	0,72%	0,0%	2,0%
Operação com participantes	IPCA + 6%	0	0,00%	0,0%	0,0%
Investimentos no exterior	MSCI ACWI / HFR	0	0,00%	0,0%	0,0%
Total dos investimentos	Meta atuarial	884	98,81%		
Recurso garantidor		895	100,0%		

12. Glossário

Para melhor compreensão das Políticas de Investimento da Petros, foram definidos os seguintes termos:

Alfa – O Alfa é usado em finanças como uma medida de desempenho, indicando quando uma estratégia conseguiu superar o retorno de um índice de mercado ou referência em algum período. Assim, o excesso de retorno de um investimento em relação ao retorno de um índice de referência é o alfa do investimento.

ALM – Sigla para *Asset Liability Management*. É o gerenciamento conjunto de ativos e passivos de uma instituição na tentativa de alcançar os objetivos financeiros a partir de diferentes níveis de riscos e retornos. O processo inclui a formulação, implementação, monitoramento e revisão de estratégia relacionada aos ativos e passivos.

Benchmark – Expressão em inglês que significa ponto de referência ou unidades-padrão. É utilizado no estabelecimento de parâmetros ou referência entre produtos, serviços, títulos e taxas, entre outros, com o intuito de saber se eles se encontram acima ou abaixo desse patamar estabelecido.

Benchmark VaR – Medida de risco relativo que tem por objetivo avaliar a possível perda de determinado investimento em relação ao seu índice ou referência. Isto é, o *Benchmark VaR* calcula o VaR da diferença entre a carteira do fundo e a carteira de referência (*benchmark*), retornando a perda máxima esperada da carteira em relação ao seu *benchmark*.

Derivativos – Operações financeiras cujo valor de negociação deriva de outros ativos, denominados ativos-objetos, com a finalidade de assumir, limitar ou transferir riscos. Abrangem um amplo leque de operações: a termo, futuros, opções e *swaps*, tanto de *commodities* quanto de ativos financeiros, como taxas de juros e cotações futuras de índices, entre outros.

DV01 – É a variação do preço de um ativo de renda fixa caso ocorra a alteração de 1 (um) ponto base em sua taxa. O DV01 é também chamado de valor de preço de 1 (um) ponto base (do inglês *price value of a basis point* ou PVBP).

EFPC – Sigla para Entidade Fechada de Previdência Complementar. A EFPC é a responsável pelas aplicações dos recursos garantidores dos planos por ela administrados.

ETF – Sigla em inglês para *Exchange Traded Funds*. Fundos espelhados em índices, com cotas negociadas em Bolsa da mesma forma que as ações.

Hedge – Termo em inglês que significa salvaguarda ou proteção. É um mecanismo utilizado no mercado financeiro para os investidores se resguardarem de uma flutuação de preços. É comumente utilizado no mercado de câmbio e de *commodities*.

Held to maturity (HtM) – Expressão em inglês para um dos modelos de precificação de ativos, especialmente os títulos públicos. Os títulos *held to maturity* (HtM) são aqueles em que a rentabilidade é calculada considerando que serão mantidos até a data de vencimento.

Índice de Solvência – Medida usada para avaliar a capacidade da empresa de cumprir suas obrigações com os recursos que constituem seu

patrimônio ou seu ativo. Expressa-se pela razão entre o valor total do ativo e o do passivo. Dessa forma, quanto maior for o índice, maior será a solvência da empresa. No caso de um fundo de pensão, o índice avalia a razão entre os recursos e os compromissos do plano de beneficiários.

Mark to Market (MtM) – Expressão em inglês para um dos modelos de precificação de ativos, especialmente os títulos públicos. Os títulos *mark to market* (MtM) são aqueles marcados a mercado, ou seja, onde a rentabilidade é medida pelo valor atual do título. Esses papéis estão sujeitos a oscilações constantes de preço.

Meta atuarial – Valor mínimo esperado para o retorno de investimentos dos recursos garantidores do plano de beneficiários, fixado como sendo a taxa de juros adotada na avaliação atuarial em conjunto com o índice do plano. A meta prevê o rendimento necessário para que o plano possa fazer frente a seus compromissos atuais e futuros.

Private equity – Termo em inglês para uma forma de financiamento alternativa utilizada por empresas que visam garantir o desenvolvimento e a expansão das suas atividades. O investidor compra parte de uma determinada companhia e se torna um sócio do negócio. As empresas-alvo deste investimento temporário, em geral, apresentam taxas significativas de crescimento e nível de risco médio ou baixo.

Rating – Expressão em inglês utilizada para a qualificação de títulos transacionados no mercado. A classificação destes papéis é realizada por várias empresas, mas as que têm maiores tradição e respeitabilidade são as agências de classificação de risco Standard & Poor's, Moody's Investors Service e Fitch Ratings.

Selic – Sigla para o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, que é o depositário central dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil. O sistema faz a emissão, o resgate, o pagamento dos juros e a custódia desses títulos.

Swap – Termo em inglês que significa troca. Os contratos de swap consistem em um acordo para duas partes trocarem o risco de uma posição ativa (credora) ou passiva (devedora), em data futura, conforme critérios preestabelecidos. Exemplos de *swaps* incluem posições envolvendo taxas de juros, moedas e *commodities*.

Títulos para negociação – A categoria de títulos para negociação registra os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição.

Títulos mantidos até o vencimento – A categoria de títulos mantidos até o vencimento inclui os títulos e os valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da entidade fechada de previdência complementar de mantê-los em carteira até o vencimento.

VaR – Sigla em inglês de *Value at Risk* (valor em risco). Medida que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada probabilidade de ocorrência. O VaR pode ser expresso em termos absolutos ou relativos. O VaR absoluto mede a perda relativa à zero e o VaR relativo mede o risco em termos do desvio em relação à média para o período considerado.

DIRETORIA EXECUTIVA*

Presidente

Daniel Lima

Diretores

Daniel Lima (Investimentos)

Flavio Castro (Seguridade)

Henrique Trinckquel (Administrativo e financeiro)

CONSELHO DELIBERATIVO*

Titulares

Afonso Celso Granato Lopes (Presidente)

Braulio Licy Gomes de Mello

Leonardo de Almeida Matos Moraes

Epaminondas de Souza Mendes

Paulo César Chamadoiro Martin

Ronaldo Tedesco Vilaro

Suplentes

Luiz Carlos da Silva Leão

Marco Aurélio da Cunha Monteiro Viana

Luiz Carlos Xerxenesky

Norton Cardoso Almeida

Marcos André dos Santos

CONSELHO FISCAL*

Titulares

Fernando Leite Siqueira (Presidente)

José Eduardo Tavares Sobral Pinto

Reinaldo Luz Ceia de Souza

Vânia Lúcia Chaves Ribeiro de Mattos

Suplentes

João Antônio da Silva Cardoso

Patrícia Pinto Mirandola Sampaio

Paulo Teixeira Brandão

Rodrigo Tiradentes Montechiari

**Posição em 1/11/2018.*

FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL – PETROS

Rua do Ouvidor, 98 - Centro - Rio de Janeiro

CEP 20040-030

EXPEDIENTE

Coordenação técnica

Gerência de Planejamento de Investimentos

Produção editorial e gráfica

Gerência de Comunicação e Relações Institucionais



www.petros.com.br